

RECURSO ESPECIAL Nº 1.694.820 - DF (2016/0329340-0)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
RECORRENTE : **LUND ANTONIO BORGES**
RECORRENTE : **ANA LUCIA CARNEIRO BORGES**
RECORRENTE : **ANTONIO BENTO BORGES**
RECORRENTE : **NEIDE APARECIDA BORGES FERREIRA**
RECORRENTE : **RENATO FONSECA FERREIRA**
ADVOGADO : **LINCOLN DE SOUZA CHAVES - RJ034990**
ADVOGADOS : **MARIAH DE CAMPOS PINTO - DF027079**
: **RICARDO CANDIDO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF038054**
RECORRIDO : **JOVINA ABADIA DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **JANIO DE OLIVEIRA - GO004601**

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO DE DANO MORAL. AVERBAÇÃO INDEVIDA DO AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO JUNTO À MATRÍCULA DE IMÓVEIS DOS EXECUTADOS. ABUSO DO DIREITO DA EXEQUENTE NÃO CONFIGURADO. INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA. PROCEDÊNCIA DE UM DOS PEDIDOS CUMULADOS SUCESSIVAMENTE. JULGAMENTO: CPC/15.

1. Ação de indenização por danos materiais e compensação de dano moral, ajuizada em 14/07/2008, da qual foi extraído o presente recurso especial, interposto em 08/06/2016 e concluso ao gabinete em 20/01/2017.

2. O propósito recursal é decidir, a par da ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, se a averbação da execução junto à matrícula dos imóveis dos recorrentes caracteriza litigância de má-fé da recorrida e enseja o dever de indenizar, bem como se deve ser invertida a sucumbência.

3. Devidamente analisada e discutida a questão de mérito, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há falar em violação do art. 1.022, II, do CPC/73.

4. O art. 615-A do CPC/73 autoriza o exequente a promover a averbação do ajuizamento da execução junto à matrícula de imóvel do executado, mas o faz sob conta e risco daquele, estabelecendo o § 4º que ele indenizará a parte contrária se, ao exercer essa faculdade, agir de forma “manifestamente indevida”, prevendo, portanto, típica hipótese de indenização por abuso do direito no plano processual, tal e qual prevê o art. 187 do CC/02 no plano material.

5. A análise quanto ao eventual exercício abusivo da faculdade concedida pelo art. 615-A do CPC/73, impõe ao julgador, ante o cenário que se lhe apresenta e na perspectiva da proporcionalidade, realizar a ponderação da

necessidade de satisfação executiva do credor com a menor onerosidade para o devedor, de modo a verificar, a partir das circunstâncias e dos motivos que impulsionam o exequente, se ele invoca aquele direito apenas para legitimar um comportamento inadequado à sua função.

6. Quando o contexto em que efetivada a averbação pelo exequente indicar que ele o fez sobretudo motivado pela intenção de prejudicar o executado, incorrerá na sanção imposta ao litigante de má-fé.

7. Hipótese em que o fato, por si, de a execução se encontrar garantida pela penhora de ações de sociedade empresária dos executados não é suficiente para configurar uma atuação manifestamente indevida da exequente, a caracterizar o abuso de direito à que alude o § 4º do art. 615-A do CPC/73, pois é medida que, na espécie, se traduz muito mais na realização de um interesse pessoal e fundado da credora, tendente a garantir a satisfação do seu crédito a partir de bens que lhe parecem ter maior liquidez, do que na negação do interesse dos devedores, considerando que a ação de execução foi distribuída em 25/03/1998 e, passados mais de 20 anos, ainda busca a exequente, por todos os meios, a satisfação do seu crédito.

8. A jurisprudência desta Corte orienta que, no caso de pedidos cumulados sucessivamente, a improcedência de um deles caracteriza a sucumbência recíproca.

9. Recurso especial conhecido e desprovido, com majoração de honorários.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas constantes dos autos, por unanimidade, negar provimento ao recurso especial, com majoração de honorários, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Dr(a). LINCOLN DE SOUZA CHAVES, pela parte RECORRENTE: LUND ANTONIO BORGES.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora